

PETIÇÃO Nº 166/XI/2011

Determinação de Sua Excelência o Presidente da AR à DAC

João Miguel Fernandes Rebelo

8/a Comissão
11.03.22

11.03.22

11.03.22

Presidência da República
Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 386918
Classificação
15/02/22
Com
11/02/22

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CAUDIG
N.º Único 386918
Entrada/Série n.º 290 Data: 23/3/2011

Exmo Sr Presidente da Republica
Exmo Sr Presidente da Assembleia da Republica
Exmo Sr Primeiro Ministro
Exmo Sr Lideres Parlamentares

Petição nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição e ao abrigo da lei n.º43/90, aos Exmo Sr Presidente da Republica , Exmo Sr Presidente da Assembleia da Republica, Exmo Sr Primeiro Ministro e Exmos Srs Lideres Parlamentares.

Exmo Sr Francisco Assis vossa excelência em relação às últimas declarações do Dr Paços Coelho, vossa excelência afirmou que em Portugal temos uma esquerda radical que tudo o que é privado não é bom e que agora temos uma direita radical que tudo o que é público não presta.

Em relação à sua afirmação eu digo que por outro lado os Portugueses de uma maneira geral são da opinião que deve de haver sector publico e privado, que ambos devem coexistir e ambos fazem parte e falta à economia, sendo que nenhum deles para sobreviver deve ser uma cruz para o sector oposto nem para a população. Defendendo que seja público ou privado se dá prejuízo das duas umas ou a conjuntura económica não permite que seja lucrativa nem nem a curto nem a médio prazo e então deve ser pedida a insolvência e a empresa fechada, ou então é mal gerida e devem ser os seus gestores criminalizados por gestão danosa.

No entanto o que os Portugueses tem assistido é que o sector empresarial público em vez de ser um sector lucrativo de ajuda às contas públicas são um sector destrutivo das contas públicas, destruindo assim toda a economia, pelas dividas que têm aos fornecedores, assim como por via do aumento dos impostos, não só mas também, para suportar os prejuízos das empresas públicas. No entanto em muitos casos a gestão danosa é evidente principalmente nos ordenados dos "Boys" dos partidos que vão para essas empresas como gestores e directores. As empresas publicas têm sido um coito de amigalhões com ordenados milionários dos partido que defendem a ferro e fogo esse tipo de gestão.

Pelo exposto e pelos sucessivo relatórios do tribunal de contas efectuo esta petição aos Exmo Sr Presidente da Republica , Exmo Sr Presidente da Assembleia da Republica, Exmo Sr Primeiro Ministro e Exmos Srs Lideres Parlamentares no sentido de ser solicitado ao ministério público uma investigação de gestão danosa às empresas públicas que dão prejuízos, assim como uma investigação sobre o crime de trafico de influências, compadrio e favorecimento na colocação de gestores e directores nas empresas públicas não por serem necessários ao funcionamento destas, mas que foram colocados unicamente por amizade e por serem dos partidos políticos.

Por outro lado esta semana houve também uma grande polémica em relação à redução de deputados para 180, eu até posso compreender a posição dos partidos mais pequenos, mas o sentimento do povo que já não aguenta esta carga fiscal não pode ser desprezada. Em grande parte este sentimento do povo vem do facto dos senhores deputados em virtude de poderem legislar em favor próprio o fizeram imoralmente em relação a regalias dos vossos vencimentos, que moralmente são um abuso de poder.

Não pondo em causa que o ordenado base que recebem os senhores deputados pode-se considerar justo é incompreensível alguns complementos que têm ao vencimento, que moralmente são criados em abuso de poder, talvez não pelos actuais deputados mas pelos que já o foram. Em

nenhum lado alguém que se desloque ao serviço de outrem e que lhes seja paga todas as despesas de deslocação e mais ajudas de custo, ainda receba mensalmente um subsídio de despesas de representação, mesmo quando não tem qualquer despesa.

Uma vez que os senhores deputados sempre que se deslocam ao serviço da Assembleia da Republica lhes é pago todas as despesas de transporte, alojamento, alimentação e uma ajuda de custo diária, é um abuso receberem mensalmente sem qualquer justificação um subsídio de despesas de representação, quando falo de deputados falo também de todos os outros lugares públicos e gestores de empresas públicas, pelo que peticiono aos Exmo Sr Presidente da Republica , Exmo Sr Presidente da Assembleia da Republica, Exmo Sr Primeiro Ministro e Exmos Srs Lideres Parlamentares no sentido de legislarem o fim do pagamento dos subsídios de despesas de representação, pois mais uma vez afirmo este subsídio foi criado imoralmente e em abuso de poder, pois não tem qualquer outra justificação se não aumentar injustamente o rendimento da classe de quem criou tal lei.

É com grande imoralidade que se corta o vencimento dos funcionários públicos e trabalhadores de empresas públicas quando existe um acordo de cavalheiros entre o PSD e o PS que é à luz da legislação Portuguesa crime de peculato. Tal acordo de cavalheiros existente entre PS e PSD entre outras coisas que provavelmente não vem a publico, acordam que na roda de poder entre PS e PSD o presidente da Assembleia da Republica do partido que perde as eleições e por consequente o cargo de Presidente da Assembleia não perde as regalias inerentes ao cargo que ocupava, o que faz com que actualmente o Dr Mota Amaral esteja a usufruir de um carro distribuído pela Assembleia da Republica em crime de peculato, pois já não tem direito a tal, só o tendo pelo acordo de cavalheiros existente entre PS e PSD.

Apresento assim também uma petição aos Exmo Sr Presidente da Republica , Exmo Sr Presidente da Assembleia da Republica, Exmo Sr Primeiro Ministro e Exmos Srs Lideres Parlamentares com o intuito de porem fim às regalias que estão a ser atribuídas a detentores de cargos políticos e públicos e que não têm sustento legal e que apenas existem por acordos de cavalheiros entre partidos, estes acordos entre partidos é que são as verdadeiras machadadas na democracia e não a diminuição de deputados, são este acordos e roubos dos bens públicos que têm contribuído para a fama que os políticos têm e para o aumento da abstenção eleitoral. O povo está farto de ser roubado por aqueles que lhes prometem justiça, melhor gestão da coisa pública, melhores condições de vida, etc. Os partidos políticos estão claramente ao serviço dos seus interesses partidários e não, ao serviço do país, do povo e das promessas feitas ao seu eleitorado, é por esse motivo que ignoram constantemente as razões dos actuais níveis de abstenção.

3 de Fevereiro de 2011

O peticionário

João Rebelo